

31/82

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO-RJ  
216001 519774  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICRO FILME  
E CD-ROM

**Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples em Série Única da Espécie com Garantia Flutuante da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN**

**COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN**, sociedade por ações de economia mista, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Caldas Júnior, 120, 18º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 92.802.784/0001-90, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada “**EMISSIONORA**”), e **OLIVEIRA TRUST DTVM LTDA.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrito no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (doravante simplesmente denominado “**AGENTE FIDUCIÁRIO**”), e **BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.**, instituição financeira, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Capitão Montanha, 177, 4º andar, inscrita no C.N.P.J. sob nº. 92.702.067/0001-67, neste ato legalmente representada pelos abaixo assinados, na qualidade de Anuente e Interviente (doravante designado simplesmente “**BANCO CENTRALIZADOR**”), vêm, na melhor forma de direito, firmar a presente Escritura Particular da 2ª Emissão Pública de Debêntures Simples em Série Única da Espécie com Garantia Flutuante da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN (doravante denominada “**ESCRITURA**”), contendo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I. - DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. - A presente ESCRITURA é firmada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da EMISSIONORA realizada em 2 de julho de 2001 (“AGE”).

1.2. - A Assembléia Geral Extraordinária delegou ao Conselho de Administração a deliberação sobre a oportunidade de emissão e sobre as matérias elencadas nos

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O N.º 1224592

*[Handwritten signatures and initials]*

incisos VI, VII e VIII do artigo 59 da Lei No. 6404 de 15.12.1976 ("LEI 6404/76"), a saber: (i) a época e as condições de vencimento, amortização e resgate das debêntures; (ii) a época e as condições do pagamento dos juros das debêntures; (iii) o modo de subscrição ou colocação, ficando ainda autorizado a deliberar sobre o cancelamento das debêntures não colocadas ou mantidas em tesouraria.

## CLÁUSULA II. - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures da presente emissão (as "DEBÊNTURES") será feita com observância dos seguintes requisitos:

### 2.1. - Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

A ata da Assembléia Geral Extraordinária de 2 de julho de 2001, que deliberou sobre a emissão das DEBÊNTURES, foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul e publicada nos jornais *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul* e *Jornal do Comércio* no dia 6 de julho de 2001.

### 2.2. - Registro da ESCRITURA

A presente ESCRITURA será registrada no Registro de Imóveis da 1ª Zona da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o exigido pelo inciso II do artigo 62 da LEI 6404/76.

### 2.3. - Registro na Comissão de Valores Mobiliários

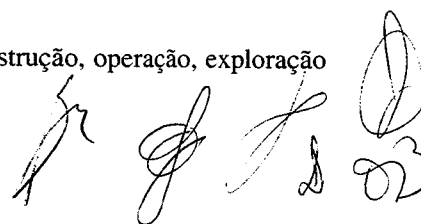
A emissão das DEBÊNTURES da EMISSORA será registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários (doravante denominada "CVM"), na forma das Leis Nos. 6385, de 7.12.1976; 6404, de 15.12.1976; 9457, de 5.5.1997 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

## CLÁUSULA III. - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO



### 3.1. - Objeto Social da EMISSORA

A EMISSORA tem por objeto: (i) a realização da construção, operação, exploração



- 3 -

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

mercantil e a ampliação de instalação concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; (ii) a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico, e (iii) a participação em outras sociedades.

### 3.2. - Número da Emissão

A presente ESCRITURA constitui a 2ª emissão de debêntures da EMISSORA.

### 3.3. - Montante da Emissão

O montante da presente emissão é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), em série única, na Data de Emissão.

### 3.4. - Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos através da emissão das Debêntures serão destinados:

- (i) R\$ 85 milhões para ampliação da capacidade instalada, divididos da seguinte forma:
  - (a) R\$ 28,6 milhões em sistemas de tratamento de água;
  - (b) R\$ 35,9 milhões na expansão do sistema de esgoto; e
  - (c) R\$ 20,5 milhões no sistema comercial compreendendo a instalação de hidrômetros e informatização do processo de leitura do consumo de água; e
- (ii) R\$ 15 milhões para o alongamento e ajuste do passivo oneroso.

### 3.5. - Colocação e Procedimento

As DEBÊNTURES serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e



SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O N.º 1224592



operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM No. 13, de 30.9.1980, atendida a ordem cronológica, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos coordenadores da emissão.

### 3.6. - Registro da Negociação

As DEBÊNTURES terão registro para negociação no mercado secundário por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

### 3.7. - Certificados de Debêntures

A propriedade da debênture escritural presume-se pelo registro na conta de depósito das debêntures, aberta em nome do debenturista nos livros da instituição depositária, sem emissão de certificado, e será comprovada através de extrato dessa conta depósito emitido por essa instituição. Será reconhecido, como comprovante de titularidade, o "Relatório de Posição de Ativos" expedido pelo SND - Sistema Nacional de Debêntures, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no referido Sistema.

## CLÁUSULA IV. - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

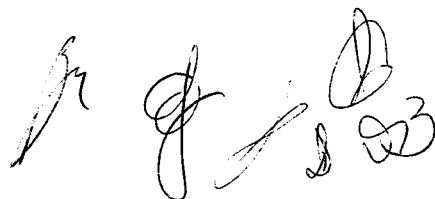
### 4.1. - Características Básicas

#### 4.1.1. - Valor Total da Emissão

O valor total da emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na DATA DE EMISSÃO.



#### 4.1.2. - Valor Nominal Unitário



- 5 -

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

O valor nominal unitário das DEBÊNTURES será de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na DATA DE EMISSÃO.

4.1.3. - Número de Séries

A emissão será realizada em série única.

4.1.4. - Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 100.000 (cem mil) DEBÊNTURES.

4.1.5. - Data de Emissão

A data de emissão das DEBÊNTURES será o dia 01.08.2001 (a "DATA DE EMISSÃO").

4.1.6. - Prazo e Data de Vencimento

O prazo das DEBÊNTURES será de 36 (trinta e seis) meses vencendo-se, portanto, em 01.08.2004, ocasião em que a EMISSORA se obriga a proceder ao pagamento das DEBÊNTURES que ainda estejam em circulação pelo valor nominal atualizado, se for o caso, acrescido da remuneração.

4.1.7. - Forma

As DEBÊNTURES serão da forma nominativa e do tipo escritural.

4.1.8. - Classe

As DEBÊNTURES serão da classe simples, ou seja, não serão conversíveis em ações.

4.1.9. - Espécie

As DEBÊNTURES serão da espécie com garantia flutuante.

Serviço de Registro de Títulos  
e Documentos de Porto Alegre  
Folha integrante do documento protocolado  
e registrado sob o nº 1224592



#### 4.1.10 - Garantias e Mecanismo Alternativo de Pagamento

As DEBÊNTURES terão as seguintes garantias:

(a) garantia flutuante e não subordinada, conforme o artigo 58 da LEI 6404/76, com privilégio geral sobre os ativos da EMISSORA e preferência sobre qualquer nova emissão; e

(b) cumulada com a caução de direitos ao recebimento de créditos futuros nos termos da Cláusula VII - Caução de Direitos ao Recebimento de Créditos Futuros, e do Instrumento de Caução, que integra esta ESCRITURA como Anexo I ("INSTRUMENTO DE CAUÇÃO").

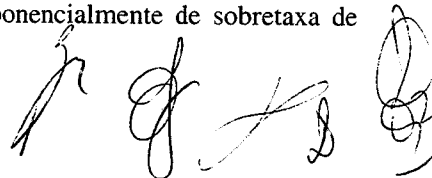
4.1.10.1. - Na hipótese de eventual inadimplemento da EMISSORA, as DEBÊNTURES terão PODER LIBERATÓRIO, e serão, obrigatoriamente, aceitas, pela EMISSORA e pelos bancos integrantes da rede arrecadadora, em dação em pagamento, pelos debenturistas, de contas de água e de coleta de esgotos faturadas pela EMISSORA, nos termos da Cláusula VIII - Mecanismo Alternativo de Pagamento – PODER LIBERATÓRIO ("PODER LIBERATÓRIO"). A rede arrecadadora deverá ser notificada da caução e do PODER LIBERATÓRIO e deverá anuir, sendo que tal anuência deverá ser encaminhada ao Agente Fiduciário. O banco arrecadador que não anuir deverá ser excluído da rede arrecadadora.

#### 4.2. - Atualização do Valor Nominal

O valor nominal será atualizado conforme as condições de remuneração descrito no item 4.3 e será ajustado pelos valores pagos a título de amortizações pagas.

#### 4.3. - Remuneração

As DEBÊNTURES farão jus, a partir da DATA DE EMISSÃO, a juros remuneratórios estabelecidos com base na taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada TAXA DI OVER EXTRA GRUPO ("TAXA DI"), expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada diariamente pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos no Informativo Diário, disponível em sua página na INTERNET (<http://www.cetip.com.br>) e no Jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, acrescidos exponencialmente de sobretaxa de



- 7 -

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) ao ano, também base 252 dias, sendo que a sobretaxa final será estabelecida na forma prevista no item 4.3.1 a seguir, a ser determinada pelo Conselho de Administração da EMISSORA de forma a ajustar a rentabilidade das DEBÊNTURES às condições de mercado à época da distribuição, calculados e acumulados diariamente desde a DATA DE EMISSÃO até a data do pagamento da primeira parcela e, a partir daí, acumulados diariamente no período compreendido entre duas datas consecutivas de vencimento de Juros Remuneratórios, conforme a aplicação da seguinte expressão:

$$JR_n = VN * i_1 * i_2 * \dots * i_{n-1} * i_n - VN, \text{ onde}$$

$JR_n$  é o valor em reais dos Juros Remuneratórios acumulados por DEBÊNTURES no enésimo dia útil desde a data emissão ou a data do último pagamento de juros, conforme o caso;

$VN$  é o valor nominal unitário das DEBÊNTURES na DATA DE EMISSÃO, deduzido das amortizações porventura ocorridas; e

$i_1, i_2 \dots i_n$  são os fatores diários de capitalização, respectivamente, do primeiro, segundo ... enésimo dias úteis do período de acumulação de  $JR_n$ , cada um deles apurados pela expressão abaixo:

$$i_j = ((1 + DI_j / 100) * (1 + S/100))^{1/252}, \text{ onde}$$

$i_j$  é o fator diário de capitalização, "j" variando de 1 a n; e

$DI_j$  é a TAXA DI no dia "j", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, em cada um dos dias úteis do período de acumulação de  $JR_n$ .

$S$  é o valor da sobretaxa, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, em cada um dos dias úteis do período de acumulação de  $JR_n$ .

4.3.1. - Para a definição da sobretaxa mencionada acima, será adotado o procedimento de *bookbuilding* na distribuição das DEBÊNTURES, que consiste na verificação junto aos investidores das suas respectivas demandas aos diversos níveis de taxas de remuneração, de modo a se atingir o objetivo de atender ao maior

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O N.º 1224592



GDR

D

23

número de investidores com a menor taxa a ser paga pela EMISSORA. Ao final deste processo, o Conselho de Administração da EMISSORA fixará em reunião, a taxa final de remuneração das DEBÊNTURES, utilizando-se dos poderes para deliberar sobre determinadas condições da 2ª emissão que lhe foram delegados na AGE que deliberou sobre a 2ª emissão das DEBÊNTURES, realizada em 2 de julho de 2001.

4.3.1.1. - Após a fixação da sobretaxa conforme descrito no item 4.3.1 acima, a presente ESCRITURA será objeto de aditamento a fim de que a referida sobretaxa dela conste.

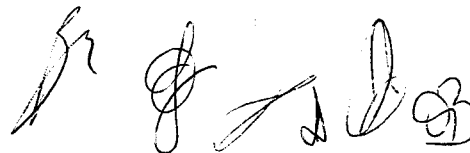
4.3.2. - Para todos os efeitos deste item será considerado o ano de 252 dias. Caso a taxa aplicável, qual seja a TAXA DI ou a Taxa Substituta da TAXA DI, seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias.

4.3.3. - O valor do rendimento será pago aos titulares das DEBÊNTURES no dia 1º (primeiro) dia útil de cada mês a partir de 1.3.2002, ou nos eventos previstos nos itens 4.8.1, 4.8.2 e 6.2.1 desta ESCRITURA, pelo valor acumulado desde a DATA DE EMISSÃO ou desde a data do último pagamento de rendimento efetuado, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

4.3.4. - Na hipótese de a TAXA DI aplicável não ser de conhecimento público, será utilizada a última TAXA DI divulgada em substituição à TAXA DI pertinente, enquanto perdurar a ausência de divulgação, ou até a sua substituição conforme descrito abaixo.

4.3.4.1. - Persistindo a ausência de divulgação da TAXA DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis, ou caso a TAXA DI não mais possa ser utilizada para referenciar a remuneração de debêntures, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará os debenturistas para, reunidos em Assembléia, deliberarem a respeito da nova taxa a ser utilizada como "Taxa Substituta da Taxa DI", observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM No. 7/99 e/ou a regulamentação aplicável e levando em consideração, no que couber, as práticas de mercado à época da reunião refletidas nas emissões de debêntures recentemente registradas e/ou em

GDP





- 9 -

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

análise na Comissão de Valores Mobiliários. A deliberação da Assembléia de Debenturistas deverá ser comunicada à EMISSORA pelo AGENTE FIDUCIÁRIO no prazo de 2 (dois) dias úteis.

4.3.4.2. - Caso a EMISSORA discorde da deliberação da Assembléia de Debenturistas quanto à "Taxa Substituta da Taxa DI", é-lhe facultado resgatar a totalidade das DEBÊNTURES em circulação, observado o seguinte procedimento: até 15 (quinze) dias contados do recebimento, pela EMISSORA, da comunicação do AGENTE FIDUCIÁRIO quanto à deliberação, a EMISSORA publicará aviso aos debenturistas comunicando-lhes sua decisão e fixando a data em que esse resgate será realizado, data esta que não poderá ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias da data do recebimento, pela EMISSORA, da comunicação do AGENTE FIDUCIÁRIO quanto à deliberação de que se trata. A ausência da publicação do referido anúncio no prazo mencionado neste item implica na plena aceitação, pela EMISSORA, da deliberação da Assembléia de debenturistas.

4.3.4.3 - A menos que a EMISSORA opte pelo resgate conforme descrito no item 4.3.4.2, a "Taxa Substituta da Taxa DI" entrará em vigor no dia útil seguinte ao prazo de 15 dias previsto acima para que a EMISSORA publique o aviso aos debenturistas comunicando sua decisão de resgate.

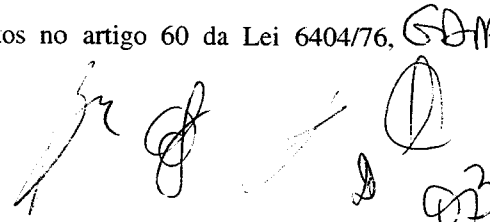
#### 4.4. - Poder Liberatório

4.4.1. - As DEBÊNTURES, na hipótese de eventual inadimplemento da EMISSORA, terão PODER LIBERATÓRIO, devendo ser aceitas, pela EMISSORA e pelos agentes da Rede Arrecadadora ("REDE ARRECADADORA"), em dação, para pagamentos, pelos debenturistas, de contas de prestação de serviços da EMISSORA, mediante a adoção do procedimento estipulado na Cláusula VIII - Mecanismo Alternativo de Pagamento - PODER LIBERATÓRIO desta ESCRITURA.

#### 4.5. - Limite da Emissão

A presente emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei 6404/76, conforme demonstrado abaixo:

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O N.º 1224592



- 10 -

Data Base: 30.6.2001

R\$ (mil)

ATIVO TOTAL	1.625.218
(-) ATIVO DADO EM GARANTIA	147.208
(-) ATIVO NÃO PASSÍVEL DE GARANTIA	1.165.006
(=) ATIVO "LIVRE" (1)	313.004
 MONTANTE DA EMISSÃO (2)	 100.000
 COMPROMETIMENTO ((2)/(1)):	 31,9% que é menor que 70% do ATIVO TOTAL

#### 4.6. - Direito de Preferência

Não haverá direito de preferência para subscrição das DEBÊNTURES pelos atuais acionistas da EMISSORA.

#### 4.7. - Subscrição

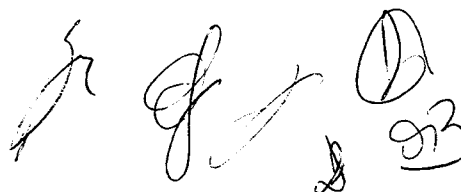
##### 4.7.1. - Prazo de Subscrição

As DEBÊNTURES desta emissão poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, sem necessidade de que seja observado direito de preferência a acionistas.

##### 4.7.2. - Preço de Subscrição

✓ O preço de subscrição das DEBÊNTURES será o seu valor nominal acrescido da remuneração, apropriada desde a DATA DE EMISSÃO ou da última data de pagamento de rendimentos, conforme o caso, até a data de subscrição.

##### 4.7.3. - Integralização e Forma de Pagamento



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

A integralização será feita à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

#### 4.8. - Amortização

##### 4.8.1. - Amortização Programada

As DEBÊNTURES serão amortizadas em 30 (trinta) parcelas mensais e consecutivas, conforme cronograma abaixo:

Data	Valor a amortizar	Valor Nominal Ajustado	Data	Valor a amortizar	Valor Nominal Ajustado	Data	Valor a amortizar	Valor Nominal Ajustado
1/3/2002	R\$ 33,33	R\$ 966,67	1/1/2003	R\$ 33,33	R\$ 633,37	1/11/2003	R\$ 33,33	R\$ 300,07
1/4/2002	R\$ 33,33	R\$ 933,34	1/2/2003	R\$ 33,33	R\$ 600,04	1/12/2003	R\$ 33,33	R\$ 266,74
1/5/2002	R\$ 33,33	R\$ 900,01	1/3/2003	R\$ 33,33	R\$ 566,71	1/1/2004	R\$ 33,33	R\$ 233,41
1/6/2002	R\$ 33,33	R\$ 866,68	1/4/2003	R\$ 33,33	R\$ 533,38	1/2/2004	R\$ 33,33	R\$ 200,08
1/7/2002	R\$ 33,33	R\$ 833,35	1/5/2003	R\$ 33,33	R\$ 500,05	1/3/2004	R\$ 33,33	R\$ 166,75
1/8/2002	R\$ 33,33	R\$ 800,02	1/6/2003	R\$ 33,33	R\$ 466,72	1/4/2004	R\$ 33,33	R\$ 133,42
1/9/2002	R\$ 33,33	R\$ 766,69	1/7/2003	R\$ 33,33	R\$ 433,39	1/5/2004	R\$ 33,33	R\$ 100,09
1/10/2002	R\$ 33,33	R\$ 733,36	1/8/2003	R\$ 33,33	R\$ 400,06	1/6/2004	R\$ 33,33	R\$ 66,76
1/11/2002	R\$ 33,33	R\$ 700,03	1/9/2003	R\$ 33,33	R\$ 366,73	1/7/2004	R\$ 33,33	R\$ 33,43
1/12/2002	R\$ 33,33	R\$ 666,70	1/10/2003	R\$ 33,33	R\$ 333,40	1/8/2004	R\$ 33,43	-

##### 4.8.2. - Amortização Extraordinária

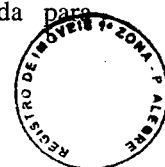
A EMISSORA não poderá determinar amortizações que não aquelas programadas, mas poderá, a seu critério, pagar antecipadamente amortizações, mediante comunicação feita aos debenturistas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, observado o disposto neste item, ocasião em que será pago um prêmio de antecipação aos debenturistas de 1% (um por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, a ser calculado sobre a parcela amortizada, *pro rata die* exponencialmente, entre a data de antecipação e a data programada para amortização, conforme fórmula abaixo:

$$P = (VN + JR_n) * (1,01)^{n/252} - (VN + JR_n), \text{ onde}$$

P é o valor do prêmio de antecipação;

VN é o valor nominal unitário das DEBÊNTURES na DATA DE EMISSÃO,

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O N.º 1224592



6014

*[Handwritten signatures and initials]*

deduzido das amortizações porventura ocorridas;

$JR_n$  é o valor em reais dos Juros Remuneratórios acumulados por DEBÊNTURES no enésimo dia útil desde a data emissão ou a data do último pagamento de juros, conforme o caso; e

$n$  é o número de dias úteis entre a data em que será paga a amortização antecipada e a data originalmente prevista no cronograma de pagamentos detalhado no item 4.8.1 para a amortização em questão

#### 4.9. - Condições de Pagamento

##### 4.9.1. - Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as DEBÊNTURES serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos; ou, na hipótese de o debenturista não estar vinculado à CETIP, (ii) na sede da EMISSORA; ou, conforme o caso, (iii) por instituição financeira contratada para este fim.

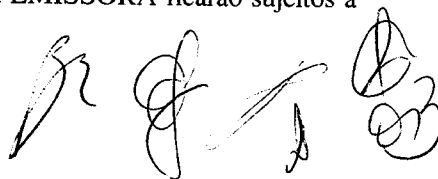
##### 4.9.2. - Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário nas Cidades de São Paulo e/ou Porto Alegre, nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.

##### 4.9.3. - Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela EMISSORA ficarão sujeitos a

GDP



- 13 -

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

multa não compensatória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso devidamente atualizados, se for o caso, e acrescidos da remuneração devida nos termos desta ESCRITURA, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

#### 4.9.4. - Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta ESCRITURA, ou em comunicado publicado pela EMISSORA, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

#### 4.10. - Comunicações

##### 4.10.1. - Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados, na forma de avisos, na edição nacional do jornal "Gazeta Mercantil", na página da EMISSORA na INTERNET (<http://www.corsan.com.br>) e nas edições nacionais dos jornais em que a EMISSORA publica seus atos societários (*Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul e Jornal do Comércio*).

##### 4.10.2. - Endereçamento

Para EMISSORA:

Eduardo Santa Helena da Silva

Rua Caldas Júnior, 120, 18º andar, Porto Alegre, RS,

CEP: 90010-260

At. Diretor Financeiro e de Relação com Investidores

Telefone: (51) 3215-5766

Fac-símile: (51) 3215-5794

E-mail: [eduardos@corsan.com.br](mailto:eduardos@corsan.com.br)

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O N.º 1224592



Handwritten signatures and initials, including "GAP" and "B OB".

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Oliveira Trust DTVM Ltda.

Av. das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22.640-100

At. Juarez Dias Costa

Telefone: (21) 2493-7003

Fac-símile: (21) 2493-4746

E-mail: agente@oliveira trust.com.br

Para o BANCO MANDATÁRIO:

Banco Itaú S.A.

Rua Boa Vista, 185, 4º andar, São Paulo, SP

CEP: 01014-001

At. José Idelfonso Nieri

Telefone: (11) 237-1906 / 237-1905

Fac-símile: (11) 237-1917

E-mail: jose.nieri@itau.com.br

Para a CETIP:

Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos

Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar

CEP: 01009-000

At. Gisele Cristina Savian

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3115-1664

E-mail: giselecristina@cetip.com.br

PARA O BANCO CENTRALIZADOR:

Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

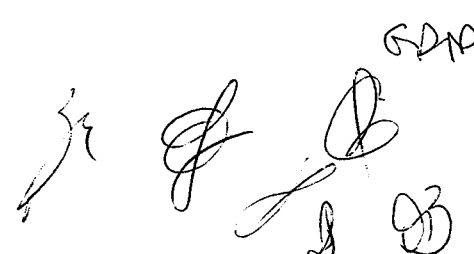
Rua Caldas Júnior, 108, 7º andar, Porto Alegre, RS

CEP: 90010-040

At. Julimar Roberto Rotta

Telefone: (51) 3215-1400 / 3215-2935

Fac-símile: (51) 3215-1707



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

E-mail: julimar\_rotta@banrisul.com.br

4.10.3. - As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 3 (três) dias úteis após o envio da mensagem.

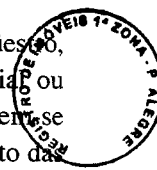
4.10.4. - A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela EMISSORA.

#### CLÁUSULA V. - DOS COMPROMISSOS DE PROTEÇÃO (COVENANTS) E DA GARANTIA FLUTUANTE

5.1. - A EMISSORA se compromete, durante a vigência da presente emissão, sob pena de declaração de vencimento antecipado, a manter livres e não onerados, ou onerados exclusivamente a favor dos debenturistas desta emissão, ativos em valor equivalente a, no mínimo, 143% (cento e quarenta e três por cento) do valor atualizado das DEBÊNTURES em circulação, acrescido da Remuneração decorrida na forma do item 4.3 desta ESCRITURA.

5.2. - A EMISSORA arcará com todas as despesas decorrentes da constituição e manutenção das garantias referidas neste item, inclusive com as eventuais despesas decorrentes da transferência dos objetos das garantias para os debenturistas, se for o caso.

5.3. - Se os bens dados em garantia vierem a ser objeto de penhora, sequestro, arresto, arrecadação em processo falimentar ou qualquer outra medida judicial ou administrativa ou, ainda, se sofrerem depreciação, desvalorização, ou tornarem-se inábeis, impróprios, imprestáveis ou insuficientes para assegurar o cumprimento das obrigações a cuja garantia se destinam, será obrigatória a substituição, reposição, complementação, ou reforço da garantia, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a comunicação pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.



Serviço de Registro de Títulos e Documentos de Porto Alegre  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O N.º 1224592

5.4. - Se a garantia vier a tornar-se insuficiente em virtude de reajuste do débito da EMISSORA, será obrigatória a sua complementação ou reforço, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da solicitação do AGENTE FIDUCIÁRIO, sob pena de vencimento antecipado das DEBÊNTURES.

5.5. - Obriga-se a EMISSORA a comunicar ao AGENTE FIDUCIÁRIO, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do evento, qualquer diminuição, desvalorização, deterioração, ou perecimento de bens constitutivos da garantia.

5.6. - O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá sobre os bens dados em garantia todos os poderes que lhe são assegurados pela legislação vigente, podendo, na hipótese de inadimplemento, tomar todas as providências necessárias para a penhora e alienação, cessão, transferência ou por qualquer outra medida cabível.

#### **CLÁUSULA VI. - DA COMPRA OU RESGATE DOS TÍTULOS PELA EMISSORA**

##### **6.1. - Aquisição Facultativa**

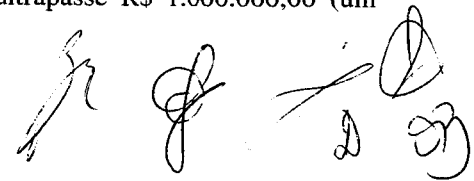
A EMISSORA poderá, a qualquer tempo (mas sempre respeitados os prazos mínimos, se houver), adquirir as DEBÊNTURES em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal, atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido da remuneração, observado o disposto no §2º, artigo 55, da LEI 6404/76. As DEBÊNTURES objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou colocadas novamente no mercado.

##### **6.2. - Vencimento Antecipado**

6.2.1. - O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às DEBÊNTURES e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA, nos termos do item 11.5."a", do seu valor nominal atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido da remuneração devida até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

(a) protesto legítimo de título(s) contra a EMISSORA, ou qualquer de suas controladas e/ou subsidiárias, cujo valor global ultrapasse R\$ 1.000.000,00 (um

Gar





- 17 -

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

milhão de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência;

(b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA bem como indisponibilidade, a qualquer título, dos créditos e dos direitos ao recebimento de créditos futuros caucionados em garantia, nos termos desta ESCRITURA;

(c) decretação de falência da EMISSORA, ou pedido de falência da EMISSORA que, na opinião do AGENTE FIDUCIÁRIO, seja suficientemente fundamentado para caracterizar o risco de falência da EMISSORA;

(d) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista na ESCRITURA, não sanada em até 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;

(e) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em montante igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em razão de inadimplência contratual ou não, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA previstas nesta ESCRITURA;

(f) a EMISSORA não promover, no prazo de até 30 (trinta) dias, o cumprimento da obrigação inadimplida pelo BANCO CENTRALIZADOR e a este pertinente, ou não substituí-lo, após ser notificada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, da ocorrência do descumprimento pelo BANCO CENTRALIZADOR das suas obrigações;

(g) privatização, liquidação, dissolução, extinção, cisão e/ou qualquer forma de reorganização societária, envolvendo a EMISSORA e/ou seus ativos e/ou os seus DIREITOS A CRÉDITOS FUTUROS, ou que possa(m) afetar, direta ou indiretamente, as garantias e o integral cumprimento das obrigações assumidas pela EMISSORA nesta ESCRITURA, especialmente a garantia representada pela Caução de Direitos ao Recebimento de Créditos Futuros, nos termos da Cláusula VII, e/ou o Mecanismo Alternativo de Pagamento - PODER LIBERATÓRIO, previsto na Cláusula VIII, devendo o AGENTE FIDUCIÁRIO fundamentar o seu

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O N.º

1224592

entendimento. A presente obrigação deverá constar em eventual edital de venda do controle acionário da EMISSORA;

(h) perda pela EMISSORA da qualidade de concessionária pública de prestadora de serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários;

(i) emissão de quaisquer valores mobiliários e/ou a contratação de quaisquer obrigações que possam de qualquer forma afetar as garantias ou o Mecanismo Alternativo de Pagamento - PODER LIBERATÓRIO, conforme estabelecido nas Cláusulas VII e VIII, respectivamente;

(j) substituição do BANCO CENTRALIZADOR sem a prévia anuência do AGENTE FIDUCIÁRIO;

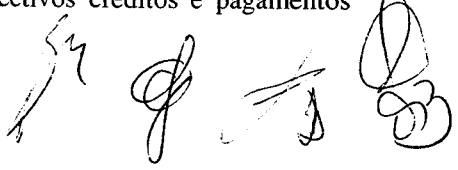
(l) a ocorrência de eventos resultantes de caso fortuito ou força maior como racionamento de água e catástrofes climáticas; ou

(m) a EMISSORA não proceder, no período de 30 (trinta) dias, a contar da data da concessão do registro pela Comissão de Valores Mobiliários, o aviso/notificação à REDE ARRECADADORA quanto à centralização dos pagamentos das contas e quanto à constituição do mecanismo do PODER LIBERATÓRIO.

#### **CLÁUSULA VII. - DA CAUÇÃO DE DIREITOS AO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS FUTUROS**

7.1. - Como garantia cumulativa do cumprimento de suas obrigações assumidas nesta ESCRITURA ("OBRIGAÇÕES"), a EMISSORA, dentre seus direitos emergentes de concessões, dá em caução aos debenturistas, nos termos do INSTRUMENTO DE CAUÇÃO, que integra esta ESCRITURA como Anexo I:

(i) seus direitos ao recebimento de créditos futuros decorrentes dos contratos, hoje existentes ou que vierem a existir, de fornecimento de água e de coleta de esgotos aos usuários da EMISSORA, assim considerados aqueles contra os quais a EMISSORA faturou no mês corrente e fatura mensalmente todas as quantias a título de fornecimento de água e de coleta de esgotos e que estão relacionados no Anexo I que integra o INSTRUMENTO DE CAUÇÃO ("USUÁRIOS"). Os direitos ao recebimento de créditos futuros e respectivos créditos e pagamentos



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

decorrentes dos contratos e fornecimentos existentes e/ou que venham a existir com os USUÁRIOS ("DIREITOS A CRÉDITOS FUTUROS") garantirão o bom e fiel cumprimento das OBRIGAÇÕES, a qualquer tempo e até a sua completa liquidação. Em qualquer hipótese, a somatória, a cada período de 120 (cento e vinte) dias, dos DIREITOS A CRÉDITOS FUTUROS, deverá representar, durante todo o tempo de vigência das DEBÊNTURES, necessariamente, pelo menos, 150% (cento e cinquenta por cento) do saldo do valor nominal unitário não resgatado das DEBÊNTURES em circulação, acrescido de Juros Remuneratórios, multa e demais encargos moratórios correspondentes, bem como de eventuais outros acréscimos, apurados nos termos desta ESCRITURA;

(ii) o produto decorrente da realização dos DIREITOS A CRÉDITOS FUTUROS, e também da liquidação dos créditos de que é e será titular a EMISSORA junto a todos os seus USUÁRIOS, e que terá necessariamente de ser depositado em determinada conta corrente de titularidade da EMISSORA, de nº 09.052549.0-6 mantida no BANCO CENTRALIZADOR, na Agência 100.81 - Central, ("CONTA CENTRALIZADORA DA ARRECADAÇÃO"), considerados todos os depósitos feitos durante todos os dias do ano pelos bancos que compõem a rede arrecadadora, bancos esses que deverão estar identificados no Anexo I que integra o INSTRUMENTO DE CAUÇÃO ("AGENTES ARRECADADORES") e ter aderido ao Procedimento Operacional que integra a presente ESCRITURA como Anexo II ficando entendido que essa garantia corresponderá aos depósitos em trânsito na REDE ARRECADADORA ("REDE ARRECADADORA"), e os existentes na CONTA CENTRALIZADORA DA ARRECADAÇÃO, os quais, somados, a cada período de 120 (cento e vinte) dias, aos créditos representados pelos contratos existentes e/ou que vierem a existir entre a EMISSORA e os USUÁRIOS, deverão representar, necessariamente, 150% (cento e cinquenta por cento) do saldo do valor nominal unitário não resgatado das debêntures em circulação, acrescido de Juros Remuneratórios, multa e demais encargos moratórios correspondentes, bem como de eventuais outros acréscimos, apurados nos termos desta ESCRITURA, enquanto perdurarem as obrigações da EMISSORA decorrentes desta ESCRITURA e/ou seus Anexos.

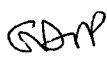
7.2. - O produto desses direitos, dados em caução nos itens 7.1. (i) e (ii), apenas se manterá retido e vinculado ao pagamento das OBRIGAÇÕES garantidas na medida e na proporção em que ocorrer a inadimplência da EMISSORA, podendo a mesma,

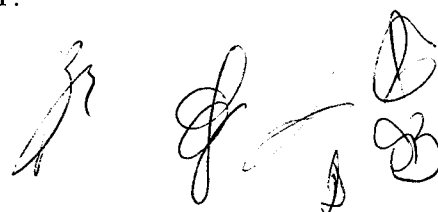
SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O Nº 1224592

enquanto estiver em dia com suas OBRIGAÇÕES dispor livremente, a qualquer momento, dos recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA DA ARRECADAÇÃO, a que se refere o item 7.1.(ii), após a compensação bancária dos respectivos cheques ou outros documentos de transferência sujeitos a compensação.

7.3. - Fica entendido, porém, que, caso a EMISSORA deixe de efetuar qualquer pagamento relativo às DEBÊNTURES, a garantia ora constituída poderá ser imediatamente e a qualquer tempo executada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pelo principal e/ou Juros Remuneratórios e/ou multa e demais encargos moratórios, pelo que tais recursos mantidos na CONTA CENTRALIZADORA DA ARRECADAÇÃO, tornar-se-ão, de imediato, indisponíveis, em favor dos debenturistas, respeitado o valor da dívida vencida e não paga pela EMISSORA.

7.4. - Enquanto perdurarem as obrigações da EMISSORA decorrentes desta ESCRITURA e/ou seus Anexos, a EMISSORA deverá, mensalmente, atualizar e encaminhar, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, para conferência, acompanhamento e atualização do nível da garantia, a relação completa dos USUÁRIOS, com a indicação discriminada e individualizada do montante devido e efetivamente pago pelos USUÁRIOS, a cada período de 30 (trinta) dias imediatamente anterior ao mês do encaminhamento. Para a efetiva manutenção da suficiência e exequibilidade da garantia, a EMISSORA deverá reforçá-la, na hipótese de risco de sua deterioração ou depreciação, ou em qualquer outra hipótese em que a garantia se encontre abaixo do nível de 150% (cento e cinqüentapor cento) do saldo do valor nominal unitário não resgatado das DEBÊNTURES em circulação, acrescido de Juros Remuneratórios, multa e demais encargos moratórios correspondentes, bem como de eventuais outros acréscimos, na forma prevista nesta ESCRITURA.

7.5. - Até 3 (três) dias úteis antes de cada uma das datas de pagamentos dos Juros Remuneratórios, o banco contratado pela EMISSORA para prestar os serviços de liquidação financeira das OBRIGAÇÕES pecuniárias decorrentes da presente ESCRITURA ("BANCO MANDATÁRIO") informará à EMISSORA e ao AGENTE FIDUCIÁRIO, através de comunicação escrita, o valor a ser pago pela EMISSORA aos debenturistas, nos termos desta ESCRITURA, devendo esse valor ser confirmado pela EMISSORA e pelo AGENTE FIDUCIÁRIO para que, então, a EMISSORA possa informar o valor correto à CETIP. 



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

7.6. - Com a antecedência de pelo menos 2 (dois) dias úteis de cada uma das datas de pagamentos dos Juros Remuneratórios, o BANCO MANDATÁRIO requisitará à EMISSORA os recursos no montante necessário ao pagamento aos debenturistas, recursos esses que deverão ser colocados à disposição do BANCO MANDATÁRIO, pela EMISSORA, até às 12:00 (doze) horas do dia útil imediatamente anterior à data do efetivo vencimento da obrigação da EMISSORA, com instruções para que o BANCO MANDATÁRIO utilize recursos disponíveis para efetuar, em favor dos debenturistas, o pagamento que então estiver se vencendo, diretamente aos debenturistas ou através da CETIP.

7.7. - Se a EMISSORA não tiver depositado junto ao BANCO MANDATÁRIO o montante de recursos em moeda corrente nacional necessário à quitação da dívida vencida e não paga pela EMISSORA, então, nesse caso, o BANCO CENTRALIZADOR, imediatamente, mediante solicitação por escrito do AGENTE FIDUCIÁRIO, e independentemente de qualquer formalidade (i) passará a reter os valores depositados na conta corrente de titularidade da EMISSORA, provenientes de cobrança de faturas de água e coleta de esgotos da EMISSORA; e (ii) transferirá os recursos, até o montante da dívida vencida e não paga pela EMISSORA, para a conta corrente de titularidade do AGENTE FIDUCIÁRIO mantida no próprio BANCO CENTRALIZADOR, na Agência 335, na conta corrente 06.025939.03, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, pelo que a EMISSORA, neste ato, outorga ao BANCO CENTRALIZADOR, em caráter irrevogável e irretroatável, os poderes necessários para tanto, na forma do inciso II, artigo 1317, do Código Civil Brasileiro.

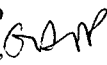
7.8. - Para garantir a liquidez dos recursos bloqueados na CONTA CENTRALIZADORA DA ARRECAÇÃO, o AGENTE FIDUCIÁRIO disporá, portanto, da conta-corrente específica no BANCO CENTRALIZADOR referida no item 7.7. desta Cláusula, para a qual serão transferidos e creditados os recursos da EMISSORA até o montante da dívida vencida e não paga pela EMISSORA, contra a qual essa que somente poderá ser debitada para a transferência de recursos aos debenturistas via BANCO MANDATÁRIO, que deverá pagar os debenturistas diretamente ou através do CETIP. Para esse fim, o cálculo da dívida vencida e não paga pela EMISSORA deverá ser feito pelo AGENTE FIDUCIÁRIO sempre considerando um dia a mais, porquanto o BANCO MANDATÁRIO pagará os debenturistas, diretamente ou através do CETIP, no dia útil imediatamente seguinte

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
REGISTRADO SOB O N.º 1224592

ao recebimento dos recursos. Nos termos dos artigos 765, 774 inciso III e 802 inciso IV do Código Civil Brasileiro, a EMISSORA expressamente autoriza o AGENTE FIDUCIÁRIO a reter valores necessários para a liquidação do montante da dívida vencida e não paga pela EMISSORA. Valores que excederem a dívida vencida e não paga serão devolvidos à EMISSORA.

7.9. - A qualquer tempo até o cumprimento integral das OBRIGAÇÕES pela EMISSORA, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá solicitar, ao BANCO CENTRALIZADOR, a transferência, para a conta-corrente do AGENTE FIDUCIÁRIO mantida no BANCO CENTRALIZADOR, dos valores caucionados e depositados na CONTA CENTRALIZADORA DA ARRECADAÇÃO, provenientes de cobrança de faturas de água e coleta de esgotos da EMISSORA, para o fim de quitar obrigações vencidas e não pagas pela EMISSORA relativas às DEBÊNTURES, até o montante da dívida vencida e não paga pela EMISSORA, mantendo-se as condições de remuneração das DEBÊNTURES. O AGENTE FIDUCIÁRIO é responsável - perante o BANCO CENTRALIZADOR e perante a terceiros pela legalidade e legitimidade das instruções que der ao BANCO CENTRALIZADOR para os fins previstos nesta ESCRITURA.

7.10. - A retenção a ser efetuada em relação aos recursos da EMISSORA repassados pela rede bancária ao BANCO CENTRALIZADOR e a correspondente transferência desses recursos para a conta corrente do AGENTE FIDUCIÁRIO mantida no BANCO CENTRALIZADOR serão feitas pelo prazo necessário à obtenção de recursos suficientes ao pagamento integral da dívida vencida e não paga pela EMISSORA, nos termos desta ESCRITURA, incluindo os Juros Remuneratórios, multa e demais encargos moratórios, que somente cessarão de incidir no momento em que o AGENTE FIDUCIÁRIO detiver, em sua conta-corrente mantida no BANCO CENTRALIZADOR, recursos suficientes para o integral pagamento das DEBÊNTURES.

7.11. - Fica desde logo entendido que, se a dívida da EMISSORA decorrente da emissão das DEBÊNTURES tiver seu vencimento antecipado declarado por qualquer razão, nos termos desta ESCRITURA, ou se a EMISSORA deixar de honrar qualquer uma de suas OBRIGAÇÕES, os procedimentos referidos nesta Cláusula VII continuarão sendo aplicáveis *mutatis mutandis*, o que significa que o AGENTE FIDUCIÁRIO comunicará ao BANCO CENTRALIZADOR, que, assim, 



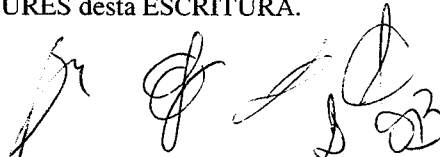
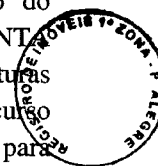
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

reterá, segundo instruções do AGENTE FIDUCIÁRIO, os valores caucionados e depositados na CONTA CENTRALIZADORA DA ARRECAÇÃO, provenientes de cobrança de faturas de água e coleta de esgotos da EMISSORA e, posteriormente, transferirá esses recursos para a conta corrente mantida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO no BANCO CENTRALIZADOR, para o fim de liquidar as OBRIGAÇÕES da EMISSORA que estiverem vencidas e não pagas ou antecipadamente vencidas junto aos debenturistas, sem prejuízo da faculdade do AGENTE FIDUCIÁRIO de tomar quaisquer outras medidas que lhe forem autorizadas por lei, por esta ESCRITURA ou pelo INSTRUMENTO DE CAUÇÃO.

7.12. - Sem prejuízo do disposto nesta ESCRITURA, e na hipótese de o BANCO CENTRALIZADOR, por qualquer motivo deixar de cumprir as obrigações que tiver assumido no INSTRUMENTO DE CAUÇÃO, fica o AGENTE FIDUCIÁRIO desde já e neste ato autorizado pela EMISSORA a tomar todas as providências que se fizerem necessárias para a retenção dos créditos caucionados diretamente junto à REDE ARRECADADORA, pelo que a EMISSORA, neste ato, outorga ao AGENTE FIDUCIÁRIO, em caráter irrevogável e irretratável, os poderes necessários para tanto, na forma do artigo 1317, inciso II, do Código Civil. A esse respeito, a EMISSORA também deverá encaminhar na carta a todos os AGENTES ARRECADADORES integrantes da REDE ARRECADADORA, para ciência, conforme minuta que acompanha o INSTRUMENTO DE CAUÇÃO como Anexo III. As cópias dessas cartas da EMISSORA aos AGENTE ARRECADADORES que compõem a REDE ARRECADADORA ficarão com o AGENTE FIDUCIÁRIO à disposição dos debenturistas.

7.13. - A EMISSORA concorda que, caso a EMISSORA incorra em mora relativamente ao pagamento de quaisquer das OBRIGAÇÕES das DEBÊNTURES, a garantia constituída se estenderá, automaticamente, mediante requisição do AGENTE FIDUCIÁRIO, aos demais recursos depositados na CONTA CENTRALIZADORA DA ARRECAÇÃO, provenientes de cobrança de faturas de água e coleta de esgotos da EMISSORA, e, ainda, a todo e qualquer recurso detido pela REDE ARRECADADORA (o qual também deverá ser transferido para a conta mantida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO junto ao BANCO CENTRALIZADOR), provenientes de cobrança de faturas dos USUÁRIOS, os quais serão utilizados, a partir de então, para o fim de pagar a dívida vencida e não paga da EMISSORA, representada pelas DEBÊNTURES desta ESCRITURA.

Serviço de Registro de Títulos  
e Documentos de Porto Alegre  
Folha integrante do documento protocolado  
e registrado sob o n.º 1224592



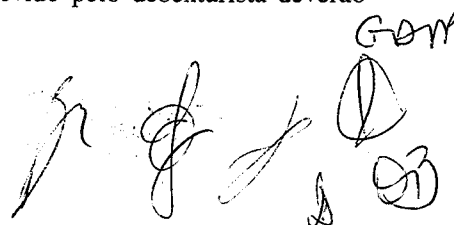
7.14. - A EMISSORA esclarece, igualmente, que o montante dos recursos advindos dos direitos emergentes dados em caução por esta ESCRITURA e pelos termos do INSTRUMENTO DE CAUÇÃO, constante do Anexo I, não comprometem a operacionalização e a continuidade do fornecimento e da prestação dos serviços de tratamento de água e coleta de esgotos.

7.15. - A Caução de DIREITOS A CRÉDITOS FUTUROS tratada nesta Cláusula VII é regulada pelo INSTRUMENTO DE CAUÇÃO, constante do Anexo I, que deverá ser registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, e cujos termos são parte integrante desta ESCRITURA, produzindo efeitos como se estivessem aqui na íntegra transcritos. O custo do registro será arcado integralmente pela EMISSORA.

#### **CLÁUSULA VIII. - MECANISMO ALTERNATIVO DE PAGAMENTO - PODER LIBERATÓRIO**

8.1. - Sem prejuízo do disposto nos itens 4.3 - Juros Remuneratórios e 4.9.3 - Multa e Encargos Moratórios, as DEBÊNTURES e/ou Juros Remuneratórios e/ou multa e demais encargos moratórios vencidos e não pagos, pela EMISSORA, nas datas estabelecidas nesta ESCRITURA poderão ser utilizados pelos debenturistas, a qualquer tempo, como PODER LIBERATÓRIO, para pagamento de contas de água e coleta de esgotos faturadas pela EMISSORA, mediante dação em pagamento pelo debenturista, do crédito representado pela DEBÊNTURE, acrescida dos Juros Remuneratórios, multa e demais encargos moratórios, se aplicável, contra o débito representado pela fatura de água e coleta de esgotos cobrada pela EMISSORA.

8.2. - O cálculo diário do valor nominal unitário da DEBÊNTURES acrescido dos Juros Remuneratórios e da multa e demais encargos moratórios, para fins de dação em pagamento, será efetuado pelo BANCO MANDATÁRIO, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO e pela EMISSORA, e informado, pelo BANCO MANDATÁRIO, nessa mesma data, à EMISSORA, à CETIP e a todos os AGENTES ARRECADADORES que compõem a REDE ARRECADADORA. O cálculo, a retenção e o recolhimento do imposto de renda devido pelo debenturista deverão observar os termos da lei.





REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

8.3. - Em caso de inadimplemento, os debenturistas/consumidores da EMISSORA deverão dirigir-se aos AGENTES ARRECADADORES, munidos do(s) original(is) da(s) fatura(s) e/ou conta(s) de consumo que serão liquidadas.

8.3.1. - Na hipótese de o valor das DEBÊNTURES não ser suficiente para pagamento do valor total do débito, o debenturista deverá efetuar o pagamento da diferença em moeda corrente nacional ou cheque.

8.3.2. - Por outro lado, no caso de o valor das DEBÊNTURES ser superior ao valor total do débito, o debenturista não poderá, naquele momento, utilizar o mecanismo descrito no item acima, a menos que o mesmo concorde em não receber, como troco, a diferença porventura existente entre o valor total do débito e o valor das DEBÊNTURES.

8.4. - Os AGENTES ARRECADADORES serão contatados para formalização de aditamentos aos respectivos contratos de arrecadação firmados com a EMISSORA e o Procedimento Operacional, pelos quais obrigam-se a aceitar, sem ressalvas, o pagamento de contas de água e coleta de esgotos da EMISSORA nos seus respectivos caixas, mediante utilização do mecanismo de dação em pagamento, conforme descrito na presente Cláusula. A EMISSORA obriga-se a firmar os aditamentos que se fizerem necessários, bem como a prontamente fornecer cópias desses aditamentos e da adesão ao Procedimento Operacional ao AGENTE FIDUCIÁRIO. As cópias dos aditamentos a esses contratos de arrecadação e da adesão ao Procedimento Operacional ficarão com o AGENTE FIDUCIÁRIO à disposição dos debenturistas.

8.5. - Para estabelecer os procedimentos operacionais a serem adotados, pela EMISSORA, pelo BANCO CENTRALIZADOR e pelos AGENTES ARRECADADORES, tendo em vista o disposto no item 8.4 acima, os AGENTES ARRECADADORES, a EMISSORA e o BANCO CENTRALIZADOR estão firmando, nesta data, um documento intitulado "Procedimentos Operacionais a serem adotados pela EMISSORA, pelo BANCO CENTRALIZADOR, de um lado e pelos bancos integrantes da REDE ARRECADADORA", que passa a fazer parte integrante desta ESCRITURA como Anexo II ("Procedimento Operacional"), produzindo efeitos, na íntegra, como se todos os seus termos aqui estivessem transcritos.

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O N.º 1224592

8.6. - Durante o prazo de vigência das DEBÊNTURES, o BANCO CENTRALIZADOR da arrecadação das contas da EMISSORA será o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("BANRISUL"). O BANRISUL poderá ser substituído como BANCO CENTRALIZADOR caso descumpra obrigações a ele atribuídas nesta ESCRITURA e seus Anexos ou na hipótese de rompimento do Contrato de Prestação de Serviços da Arrecadação de Tributos e Rendas firmado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o BANRISUL. Em caso de substituição do BANCO CENTRALIZADOR, a nova instituição financeira que cumprirá esta função será determinada de comum acordo pela EMISSORA e pelos debenturistas, representados pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

8.7. - As DEBÊNTURES recebidas pela EMISSORA, como dação em pagamento serão imediatamente canceladas.

#### CLÁUSULA IX. - AUSÊNCIA DE PRIORIDADE PARA EXECUÇÃO DAS GARANTIAS

9.1. - Sem prejuízo do disposto nos itens 4.3 - Juros Remuneratórios e 4.9.3 - Encargos Moratórios, os debenturistas, no tocante às DEBÊNTURES e/ou Juros Remuneratórios e/ou multa e demais encargos moratórios vencidos e não pagos, pela EMISSORA, nas datas estabelecidas nesta ESCRITURA, ou, ainda, na hipótese de ter sido declarado o vencimento antecipado das OBRIGAÇÕES, nos termos do item 6.2 - Vencimento Antecipado, poderão, imediatamente ou a qualquer tempo, sem a obediência de prioridade e sem a necessidade de qualquer outra formalidade não prevista nesta ESCRITURA, por intermédio do AGENTE FIDUCIÁRIO, optar pela execução de qualquer das garantias, conforme estabelecido na Cláusula VII - Caução de Direitos ao Recebimento de Créditos Futuros, ou, ainda, pela adoção do Mecanismo Alternativo de Pagamento - PODER LIBERATÓRIO, conforme estabelecido na Cláusula VIII desta ESCRITURA.

9.2. - Na hipótese de inadimplemento da EMISSORA, o AGENTE FIDUCIÁRIO, em nome dos debenturistas, adotará, imediatamente, e como primeira alternativa para garantir o recebimento da quantia devida pela EMISSORA aos debenturistas, o procedimento previsto na Cláusula VII - Caução de Direitos ao Recebimento de



- 27 -

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

Créditos Futuros, sem prejuízo da posterior desistência desse procedimento, e da opção pela adoção de qualquer outro dos procedimentos previstos na Cláusula VIII - Mecanismo Alternativo de Pagamento - PODER LIBERATÓRIO, independentemente da ordem.

9.3. - Fica, no entanto, assegurada ao debenturista, que desde logo tiver optado por outro procedimento que não o procedimento previstos na Cláusula VII - Caução de Direitos ao Recebimento de Créditos Futuros, informar o AGENTE FIDUCIÁRIO com a necessária antecedência, de modo a evitar que para uma mesma DEBÊNTURE seja adotado, simultaneamente, mais de um dos procedimentos previstos nas Cláusulas VII e VIII - Caução de Direitos ao Recebimento de Créditos Futuros e Mecanismo Alternativo de Pagamento - PODER LIBERATÓRIO, respectivamente. É vedado, portanto, que para uma mesma DEBÊNTURE seja adotado, simultaneamente, mais de um dos procedimentos previstos nas Cláusulas VII e VIII - Caução de Direitos ao Recebimento de Créditos Futuros e Mecanismo Alternativo de Pagamento - PODER LIBERATÓRIO, respectivamente.

#### CLÁUSULA X. - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

(a) Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

(a.1) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;

(a.2) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA;

(a.3) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM No. 202, de 6.12.1993, nos prazos ali previstos;

(a.4) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de

Serviço de Registro e  
Documentos de Porto Alegre  
Folha integrante do documento protocolado  
e registrado sob o nº 1224592

qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, bem como a data e ordem do dia da assembléia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

(a.5) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.10.1;

(a.6) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão das DEBÊNTURES que lhe venha a ser solicitada;

(a.7) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela EMISSORA, imediatamente após o seu recebimento;

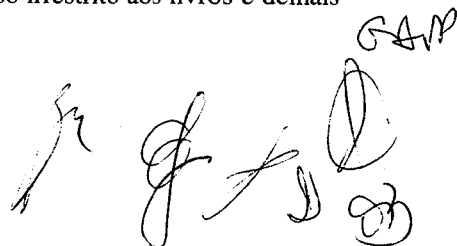
(a.8) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento;

(a.9) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados no item 6.2 - Vencimento Antecipado, imediatamente após a sua ocorrência; e;

(a.10) dentro de no máximo 30 (trinta) dias após o término de cada exercício social, as seguintes informações com data base de 31/12 referentes ao respectivo exercício social: (i) montante das obrigações fiscais trabalhistas e previdenciárias; (ii) montante dos bens gravados com garantia real; e (iii) montante das duplicatas descontadas e títulos caucionados;

(b) proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei 6404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;

(c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do AGENTE FIDUCIÁRIO (ou de auditor independente por este contratado, a expensas da EMISSORA) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da EMISSORA;



- 29 -

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

- (d) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão nos termos do item 13.1 desta ESCRITURA caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não o faça;
- (e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
- (f) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (g) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da LEI 6404/76, quando solicitado;
- (h) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA;
- (k) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da LEI 6404/76, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às DEBÊNTURES objeto desta ESCRITURA, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora;
- (l) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas corrente
- (m) enviar todos os esforços junto ao BANCO CENTRALIZADOR, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, à REDE ARRECADADORA, à CETIP, ao BANCO MANDATÁRIO e/ou quaisquer outros, de forma a assegurar o perfeito funcionamento do disposto nas Cláusulas VII e VIII - Caução de Direitos ao

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O N.º 1224592

Recebimento de Créditos Futuros e Mecanismo Alternativo de Pagamento -  
PODER LIBERATÓRIO;

(n) a partir da data do início da distribuição das DEBÊNTURES e até a sua liquidação final, a EMISSORA manterá inalterada a sistemática de cobrança vigente junto aos USUÁRIOS, realizando esta cobrança através dos AGENTE ARRECADADORES; e

(o) fornecer, mensalmente ao AGENTE FIDUCIÁRIO, para conferência e acompanhamento do nível da garantia, informações sobre o faturamento bruto mensal da EMISSORA durante o mês imediatamente anterior e o extrato da CONTA CENTRALIZADORA DA ARRECADAÇÃO.

#### CLÁUSULA XI. - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

##### 11.1. - Nomeação

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta ESCRITURA, OLIVEIRA TRUST DTVM LTDA., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente ESCRITURA, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das DEBÊNTURES.

##### 11.2. - Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente ESCRITURA, declara:

(a) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme § 3º do artigo 66 da LEI 6404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM No. 28, de 23.11.1983, para exercer a função que lhe é conferida;

(b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta ESCRITURA;

(c) Aceitar integralmente a presente ESCRITURA, todas as suas cláusulas e condições;

GATP



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

(d) Estar ciente dos termos da Circular No. 1832, de 31.10.1990, do Banco Central do Brasil.

11.2.2. - A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

11.3. - Substituição

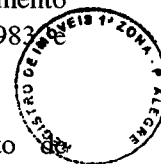
11.3.1. - Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até oito dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la.

11.3.2. - Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta ESCRITURA, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

11.3.3. - É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das DEBÊNTURES no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

11.3.4. - A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM No. 28, de 23.11.1983 e eventuais normas posteriores.

11.3.5. - A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à presente ESCRITURA, que deve ser averbado no Registro de Imóveis da 1ª Zona da Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, no qual será registrada a presente ESCRITURA.



SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O N.º 1224592

*[Handwritten signatures and initials]*

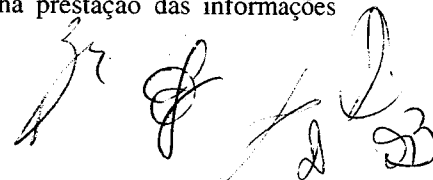
11.3.6. - O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente ESCRITURA ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

11.3.7. - Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos da CVM.

#### 11.4. - Deveres

11.4.1. - Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- (a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar a observância, pela EMISSORA, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da LEI 6404/76, em função de garantia flutuante oferecida;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta ESCRITURA, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta ESCRITURA e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações





REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das DEBÊNTURES;

(i) verificar a regularidade da constituição da garantia flutuante, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

(j) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada pela ESCRITURA, manifestando a sua expressa e justificada concordância;

(k) intimar a companhia a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

(l) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;

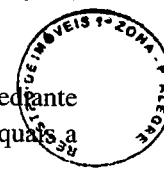
(m) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

(n) examinar, a alteração do estatuto da EMISSORA que objetive mudar o objeto da EMISSORA, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do § 2º, artigo 57, da LEI 6404/76, a alteração proposta;

(o) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;

(p) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O N.º 1224592



Handwritten signatures and initials, including "GDP" and "OB".

(q) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º alínea "b" da LEI 6404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(q.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

(q.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

(q.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da EMISSORA;

(q.4) posição da distribuição ou colocação das DEBÊNTURES no mercado;

(q.5) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das DEBÊNTURES realizado no período, bem como aquisições e vendas de DEBÊNTURES efetuadas pela EMISSORA;

(q.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão das DEBÊNTURES, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

(q.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

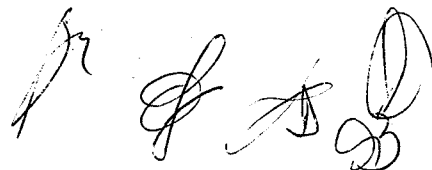
(q.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;

(q.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO; e

(q.10) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das DEBÊNTURES da presente emissão.

(r) colocar o relatório de que trata o inciso "q" à disposição dos debenturistas no prazo máximo de quatro meses, a contar do encerramento do exercício social da

RAM



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

- (r.1) na sede da EMISSORA;
- (r.2) no seu escritório ou, quando se tratar de Instituição Financeira, no local por ela indicado;
- (r.3) na CVM;
- (r.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso;
- (r.5) Na Instituição que liderou a colocação das DEBÊNTURES.
- (s) publicar, nos órgãos da Imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso "r";
- (t) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA;
- (u) coordenar o sorteio das DEBÊNTURES a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às DEBÊNTURES resgatadas;
- (v) administrar os recursos oriundos da emissão das DEBÊNTURES na ocorrência da hipótese prevista no § 2º, artigo 60, da LEI 6404/76;
- (w) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta ESCRITURA, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (x) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente ESCRITURA, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:
  - (x.1) à CVM;

Serviço de Registro de Títulos e Documentos de Porto Alegre  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O N.º 1224592



(x.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e

(y) verificar a regularidade do funcionamento do Mecanismo Alternativo de Pagamento - PODER LIBERATÓRIO, conforme previsto na Cláusula VIII desta ESCRITURA, devendo intimar a EMISSORA a sanar os problemas eventualmente detectados;

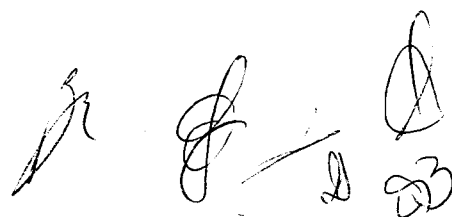
#### 11.5. - Atribuições Específicas

11.5.1. - O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- (a) declarar, observadas as condições da presente ESCRITURA, antecipadamente vencidas as DEBÊNTURES e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;
- (c) requerer a falência da EMISSORA se não existirem garantias reais;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- (e) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

11.5.2. - O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" do caput deste item se, convocada a Assembléia dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das DEBÊNTURES em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das DEBÊNTURES em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "e" do caput deste item.

#### 11.6. - Remuneração



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta ESCRITURA, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas trimestrais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), devidas a primeira na data de assinatura da presente ESCRITURA, e as demais nas mesmas datas dos trimestres subsequentes, até o resgate total das DEBÊNTURES.
- (b) As parcelas referidas acima serão atualizadas pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01/05/2001 até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas “pro-rata” dia se necessário.
- (c) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA.
- (d) No caso de inadimplemento da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações contra a EMISSORA intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O N.º 1224592

*[Handwritten signatures and initials]*

garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

(e) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 5% (cinco por cento) e juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária.

(f) Na hipótese de ocorrer o cancelamento das DEBÊNTURES emitidas antes do seu vencimento, ou seu resgate total antecipado, as parcelas vincendas serão pagas na data do evento, descontadas à taxa de 12% (doze por cento) ao ano.

(g) As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou outros), Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

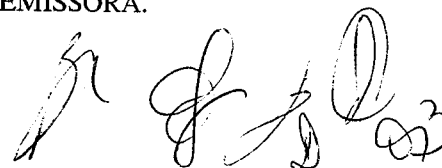
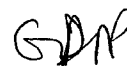
(h) As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das DEBÊNTURES, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA.

11.6.1. – O AGENTE FIDUCIÁRIO substituto perceberá a mesma remuneração prevista neste item 11.6 a partir da data da substituição, salvo outra disposição de Assembléia de Debenturistas e ressalvado o direito da EMISSORA de determinar que eventual acréscimo da remuneração em relação à vigente será arcado pelos debenturistas.

#### 11.7. - Despesas

11.7.1. - A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

11.7.2. - O ressarcimento a que se refere este item será efetuado, imediatamente, após a realização da respectiva prestação de contas à EMISSORA.



REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

11.7.3. - No caso de inadimplemento da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO, na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

11.7.4. - As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta ESCRITURA, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

11.7.5. - O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da EMISSORA e

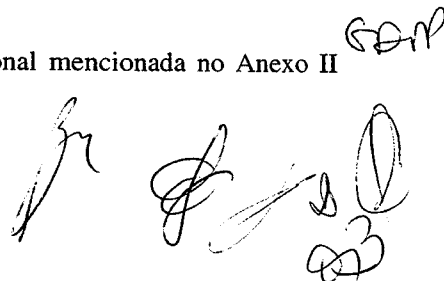
SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O N.º 1224592

gozará das mesmas garantias das DEBÊNTURES, preferindo a estas na ordem de pagamento.

## CLÁUSULA XII. - DO BANCO CENTRALIZADOR

12.1. - Em face dos procedimentos e condições estabelecidos nesta ESCRITURA e seus Anexos, fica certa e definida a inexistência de qualquer responsabilidade ou garantia do BANCO CENTRALIZADOR por todos os atos praticados, em especial pelo pagamento das OBRIGAÇÕES da EMISSORA, no exato e fiel cumprimento das instruções que lhe forem transmitidas por escrito pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou pela EMISSORA, cabendo-lhe tão somente a responsabilidade pela execução dos atos e procedimentos previstos na ESCRITURA e seus Anexos, o que inclui, entre outros, a responsabilidade de, em caso de inadimplemento, havendo recursos disponíveis na CONTA CENTRALIZADORA DA ARRECADAÇÃO da EMISSORA, promover a retenção dos saldos positivos e depositar em favor dos debenturistas na conta corrente de titularidade do AGENTE FIDUCIÁRIO, até o limite da dívida vencida e não paga pela EMISSORA, e de:

- (a) custodiar e escriturar os recursos financeiros existentes na CONTA CENTRALIZADORA DA ARRECADAÇÃO, nos termos desta ESCRITURA;
- (b) custodiar e escriturar os recursos financeiros que, em cumprimento ao disposto nesta ESCRITURA, forem transferidos para a conta do AGENTE FIDUCIÁRIO referida no item 7.7 desta ESCRITURA;
- (c) cumprir fielmente, sem questionamentos, as instruções que lhe forem transmitidas por escrito pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, desde que em consonância com os termos desta ESCRITURA, especialmente no que tange à retenção, ao bloqueio, e à forma de aplicação de recursos, para o pagamento dos debenturistas nos termos desta ESCRITURA, dando ciência prévia à EMISSORA;
- (d) executar, como mandatário da EMISSORA, os atos relacionados na Cláusula VII desta ESCRITURA;
- (e) cumprir as normas do Procedimento Operacional mencionada no Anexo II desta ESCRITURA;





REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
4º OFÍCIO - RIO DE JANEIRO  
ARQUIVADA CÓPIA EM MICROFILME E CD-ROM

- (f) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, cópia do extrato completo da CONTA CENTRALIZADORA DA ARRECADAÇÃO, relativo à movimentação feita no mês anterior;
- (g) disponibilizar, desde que em consonância com os termos desta ESCRITURA, com a periodicidade solicitada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, os recursos que sejam, conforme solicitação do AGENTE FIDUCIÁRIO, transferidos para a conta corrente nº 06.025939.0-3, Agência nº 335, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, do BANCO CENTRALIZADOR, de titularidade do AGENTE FIDUCIÁRIO, para o pagamento dos debenturistas;
- (h) não renunciar e tampouco delegar a terceiros a função que ora desempenha como agente centralizador dos recebimentos dos DIREITOS A CRÉDITOS FUTUROS da EMISSORA;
- (i) somente acatar ordens de mudança do número da CONTA CENTRALIZADORA DA ARRECADAÇÃO, mediante autorização prévia e por escrito e em conjunto da EMISSORA e do AGENTE FIDUCIÁRIO;
- (j) fornecer diariamente à EMISSORA, após a ordem de retenção dos valores dada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, extratos contendo os valores retidos e o montante do repasse para a conta do AGENTE FIDUCIÁRIO.

12.2. - O BANCO CENTRALIZADOR não tem, e nem deve tomar para si, o dever de examinar a legalidade ou a legitimidade das instruções que lhe forem transmitidas, desde que as ordens dadas se enquadrem nos termos desta ESCRITURA, e sejam enviadas por escrito, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, de acordo com as disposições desta ESCRITURA e seus Anexos.

12.3. - O AGENTE FIDUCIÁRIO é responsável perante o BANCO CENTRALIZADOR e terceiros pela legalidade e legitimidade das instruções que, por escrito, transmitir ao BANCO CENTRALIZADOR para os fins previstos nesta ESCRITURA e seus Anexos.

CLÁUSULA XIII. - DA ASSEMBLÉIA-GERAL DOS DEBENTURISTAS

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
FOLHA INTEGRANTE DO DOCUMENTO PROTOCOLADO  
E REGISTRADO SOB O N.º 1224592

### 13.1. - Convocação

A Assembléia de Debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das DEBÊNTURES em circulação, ou pela CVM.

### 13.2. - Quorum de Instalação

A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das DEBÊNTURES em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

### 13.3. - Mesa Diretora

A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das DEBÊNTURES ou àquele que for designado pela CVM.

### 13.4. - Quorum de Deliberação

Nas deliberações da assembléia, a cada debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das DEBÊNTURES, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação.

## CLÁUSULA XVI. - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

### 14.1. - Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente ESCRITURA. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### 14.2. Foro



4º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS-RJ  
Av. Rio Branco, 109/1201  
Registrado em microfilme e cartão com o nº de protocolo  
e data apostos mecanicamente O QUE CERTIFICO.

Jaíro Vasconcelos da Costa - Oficial Titular  
André R. Amador - Escrevente Substituto  
Rosane T. Santos - Escrevente Substituto



- 43 -

Fica eleito o Foro da Cidade de Porto Alegre, Estado de do Rio Grande do Sul, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta ESCRITURA, em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente ESCRITURA, em 09 (nove) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Porto Alegre, 17 de agosto de 2001

EMISSIONA:

ANUENTE-INTERVENIENTE:

AGENTE FIDUCIÁRIO:

Dr. Dieter Wartchow  
Diretor Presidente

Edmundo Santa Helena da Silva  
Diretor Financeiro e de  
Relações com Investidores

João Emílio Gazzana  
Diretor

Bolívar Tarragó Moura Neto  
Diretor

Gustavo Dezouart T. Pinto  
Procurador

Testemunhas:

1. -

Nome: Odete Teresinha Bresciani Teixeira  
C.P.F.: 436.238.240/20

2. -

Nome: Gilberto Gromowski  
C.P.F.: 506.136.850/91

**SERVIÇO NOTARIAL MANICA**  
5º Tabelionato de Notas

Rua Siqueira Campos, 1199/1185  
Porto Alegre - RS  
Fone: (51) 211-3266  
E-mail: www.tabelionatomanica.com.br

Reconheço por AUTENTICIDADE as firmas de : BOLIVAR TARRAGÓ MOURA NETO e JOÃO EMÍLIO GAZZANA por BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A, indicadas com as setas de uso deste Tabelionato.

EM TESTEMUNHA DA VERDADE  
Porto Alegre, 17 de agosto de 2001.  
Rec.firma: R\$ 2,80-12/03-26 012293759846-767060-25  
SERGIO AFONSO MANICA - TABELIÃO

1224592



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
REGISTRO DE IMÓVEIS - 1.ª ZONA

CERTIFICO, que a presente xerox  
com 44 páginas é cópia fiel do  
documento registrado ou averbado em  
nas Matrículas nºs 1108/2001  
1108/2001 do Livro nº 2 do Registro Geral.

Porto Alegre, 23 de agosto de 2001.

de Matos - BARRA NEGRA, Rio: LUIS VITORIANO VIEIRA TEIXEIRA  
Av. Aracêdo Lealardi, 749 13 210 - R. Tel. 493-1320 - MG 274750

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de GUSTAVO DEZOUZART TEIXEIRA PINTO e 1108/2001

Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 2001, às 14:18:53

Em Testemunho  
DENISE BARRETO DE OLIVEIRA - Autorizada  
P/Firma 0,40 - P/Proc. Dados 1,60 - FETO 1,40 - Total 3,40

ANA M. KAPPAUN  
Escrevente Autorizada

EMOLUMENTOS  
UR E 30,562

JORGE GONÇALVES  
1.º OFFICIAL DE NOTAS  
Tabelião Substituto Interino  
Mat. 087772



- 44 -

4.º TABELLONATO  
Reconheço a autenticidade das firmas de ANA M. KAPPAUN e ANA M. KAPPAUN com.  
Firma ANA M. KAPPAUN  
Em Testemunho 23 de agosto de 2001  
da verdade

ELEONARDO SILVA ANDRADE - Escrevente Autorizado.  
FATIMA ADRIANA PEDROSO - Escrevente Autorizado.  
MARIA DE LOURDES COSTI - Escrevente Autorizado.  
CUSTAS RS 2,80

4.º TABELLONATO  
Joelma Cassia Gonçalves  
Escrevente Autorizado

4.º TABELLONATO  
Reconheço a autenticidade das firmas de ANA M. KAPPAUN e ANA M. KAPPAUN  
Firma ANA M. KAPPAUN  
Em Testemunho 23 de agosto de 2001  
da verdade

ELEONARDO SILVA ANDRADE - Escrevente Autorizado.  
FATIMA ADRIANA PEDROSO - Escrevente Autorizado.  
MARIA DE LOURDES COSTI - Escrevente Autorizado.  
CUSTAS RS 2,80

4.º TABELLONATO  
Reconheço a autenticidade das firmas de ANA M. KAPPAUN e ANA M. KAPPAUN  
Firma ANA M. KAPPAUN  
Em Testemunho 23 de agosto de 2001  
da verdade

ELEONARDO SILVA ANDRADE - Escrevente Autorizado.  
FATIMA ADRIANA PEDROSO - Escrevente Autorizado.  
MARIA DE LOURDES COSTI - Escrevente Autorizado.  
CUSTAS RS 2,80

SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS  
E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE  
AV. BORGES DE MEDEIROS, 308/2º ANDAR - FONE: (051) 3211-3666  
APRESENTADO, PROTOCOLADO E REGISTRADO EM MICROFILME,  
NESTA DATA, NO REGISTRO INTEGRAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SOB O N.º 1224592

PORTO ALEGRE, RS - 23 AGO. 2001

Assessoria  
BEL. PÉRSIO BRINCKMANN FILHO - OFICIAL  
MARIA HELENA WOLITZ PEREIRA - ESCRIVENTE AUTORIZADA  
MARIA CELMA SILVA SOUZA - ESCRIVENTE AUTORIZADA



SERVIÇO MANICA  
NOTARIAL MANICA  
5.º Tabelionato de Notas

Rua Siqueira Campos, 1199/1185  
Porto Alegre - RS  
Fone: (51) 211-3266  
E-mail: www.tabelionatomanica.com.br

Reconheço por SEMELHANÇA as firmas de : ODETE TERESINHA  
BRESCIANI TEIXEIRA e GILBERTO GROMOWSKI, indicadas com as setas  
de uso deste Tabelionato.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE  
Porto Alegre, 28 de agosto de 2001.  
Rec. Firma: R\$ 2,80 - 14:16:55 012404249656-770657-24  
SERGIO AFONSO MANICA - TABELIÃO

Antônio Augusto Ribeiro Rodrigues  
Tabelião